

RELATÓRIO ANUAL 2011 • 2012

PREVEME
Sociedade Previdenciária 3M

MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

A Diretoria da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, pensando em você, apresenta a seguir, o Relatório Anual de 2011.

Através dele, você poderá conferir como se encontra a administração do Plano, a evolução patrimonial, os custos administrativos e de investimentos, além da rentabilidade obtida pelos investimentos. Este relatório tem por objetivo demonstrar a integridade patrimonial e financeira da Entidade.

O ano de 2011 foi marcado por um intenso trabalho no desenvolvimento de um novo site e melhorias nos processos, tudo isto com o intuito de continuar proporcionando ao participante maior segurança, transparência e tranquilidade ao seu futuro.

Deste modo, leia atentamente o conteúdo deste relatório, que traz pontos importantes a respeito da gestão da Entidade.

Boa leitura.

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEME

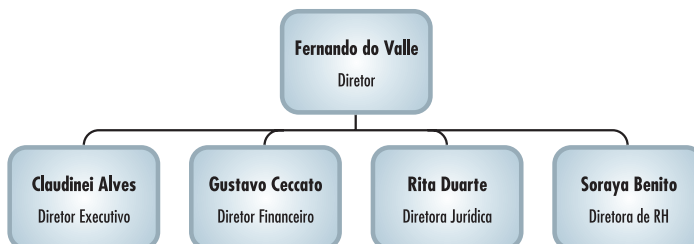
ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA	2
ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREVEME	4
NOVIDADES NA PREVEME	5
Lançamento do Novo Site	5
NÚMEROS DA ENTIDADE EM 2011	6
1. Número de participantes	6
2. Contribuição para PREVEME	6
3. Pagamentos de Benefícios	6
ECONOMIA E MERCADO EM 2011	7
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2011	8
1. Gestão Terceirizada	8
2. Patrimônio	9
3. Objetivo de Retorno	9
4. Custo com a Administração	10
5. Política de Investimentos	11
6. Alocação	12
RESUMODAPOLÍTICAEINVESTIMENTOSPARA2012.....	13
I. Objetivos da Gestão	13
II. Gerenciamento de Risco	14
III. Critérios de Contratação	14
IV. Revisão da Política de Investimentos	14
Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	15
Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	17
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	18
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	19
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	20
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	21
DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	22
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	23
Parecer Atuarial	36
I. Estatísticas	36
II. Hipóteses e Métodos Atuariais	37
III. Patrimônio Social	39
IV. Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano	39
V. Variação do Passivo Atuarial	41
VI. Plano de Custeio	41
VII. Conclusão	41
PARECERDOCONSELHOFISCAL.....	42
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	43

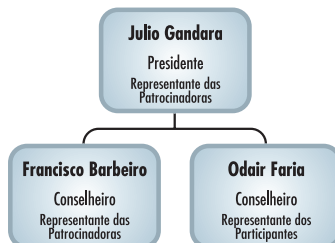
ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREVEME

Em fevereiro de 2012 houve alteração nos quadros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo da Entidade.

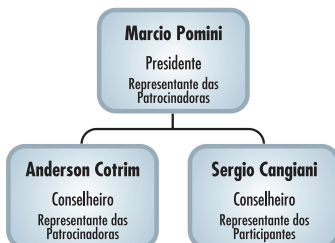
Membros da Diretoria



Membros do Conselho Deliberativo



Membros do Conselho Fiscal



Você sabia! Nos Conselhos Fiscal e Deliberativo há um conselheiro escolhido pelas patrocinadoras para ser o representante dos participantes, inclusive aposentados.



NOVIDADES NA PREVEME

Lançamento do Novo Site

Mais dinâmico, “clean” e fácil de navegar, o site da Preveme está de cara nova e traz muitas novidades.

Nele você poderá conferir várias informações como Benefício Suplementar Proporcional Saldado atualizado para quem é ativo e Demonstrativo de Pagamento e Informe de Rendimentos para quem já se aposentou.

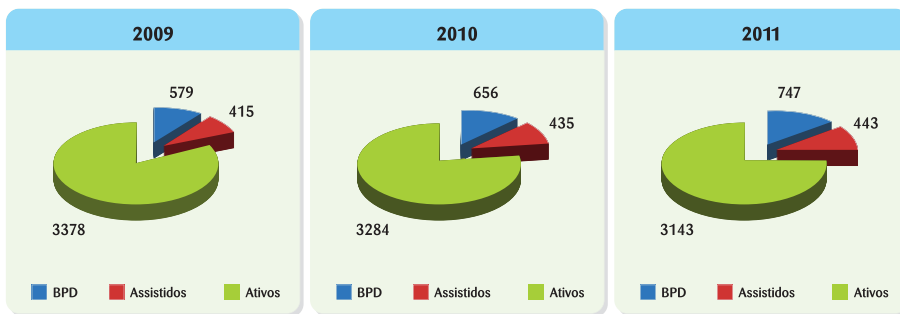
Confira em www.preveme.com.br.



NÚMEROS DA ENTIDADE EM 2011

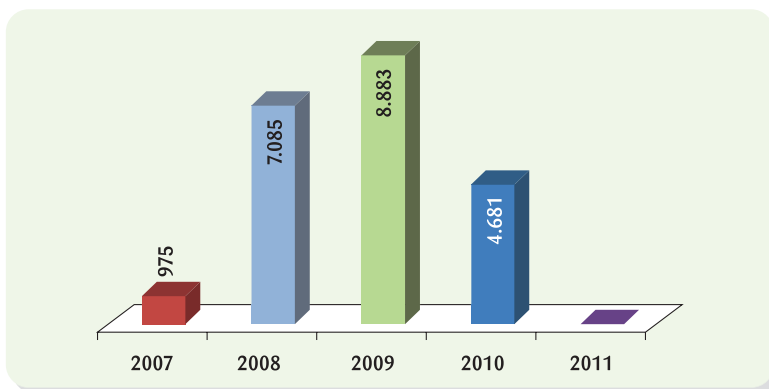
1. Número de participantes

Nos gráficos abaixo apresentamos o número de participantes ativos, assistidos e aguardando o Benefício Proporcional Diferido da Entidade. Estes números são referentes ao último dia de cada ano.



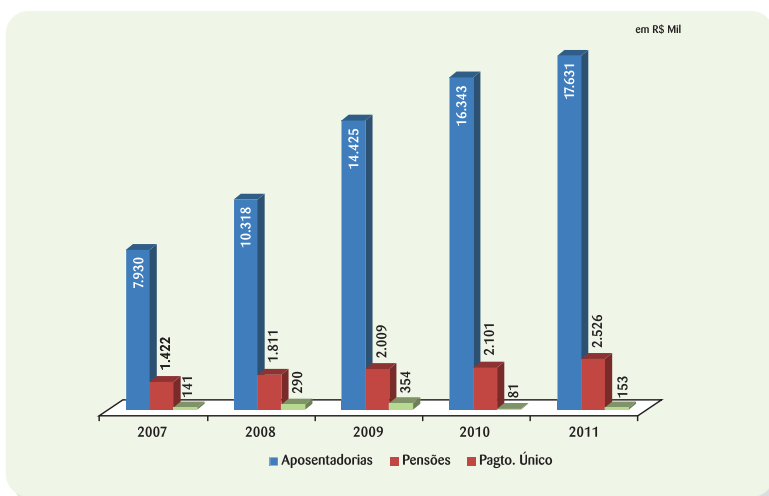
2. Contribuição para PREVEME

Apresentamos abaixo as contribuições destinadas ao custeio do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. Devido ao saldamento do Plano de Benefícios, as patrocinadoras não efetuaram contribuições no exercício de 2011.



3. Pagamentos de Benefícios

No gráfico abaixo apresentamos os pagamentos de benefícios de aposentadorias, pensões, e benefício mínimo entre os exercícios de 2007 a 2011.



Economia e Mercado em 2011

A economia brasileira foi marcada por adversidades em 2011. O Banco Central iniciou o ano com um ciclo de alta para a meta da taxa Selic em função da atividade acelerada e da elevação da inflação. O mercado local projetava para o final do ano um IPCA de 5,33%, desacelerando em relação a 2010 (+5,9%), um PIB de 4,5% e taxa Selic de 12,25% (contra 10,75% do início do ano). Porém, ao longo do ano a desaceleração da demanda doméstica surpreendeu os agentes e levou o Banco Central a inverter o ciclo de alta da taxa Selic para encerrar o ano em 11%. Já a inflação passou durante todo o ano superando as expectativas do mercado e terminou 2011 no teto da meta, em 6,5%, bem acima da projetado em janeiro do mesmo ano. Por fim, o PIB surpreendeu negativamente a maioria dos economistas e cresceu apenas 2,7%.

No cenário externo, o ano de 2011 ficou marcado pela segunda onda da crise financeira 2008/2009. Na Europa, formou-se um quadro recessivo com o problema das dívidas soberanas em alguns países, comumente denominados “PIIGS” e o endividamento do setor privado, questões que ainda estão longe de serem resolvidas. Nos EUA o nível de atividade melhorou apenas marginalmente e não foi capaz de reaquecer o mercado de trabalho, que encerrou 2011 com 8,5% de desemprego.

No Brasil, apesar do ambiente externo desfavorável, o PIB mais fraco do que o esperado ocorreu muito mais em função da desaceleração da demanda doméstica (de 4,0% em 2010 para 2,4% em 2011) do que pela contribuição do setor externo. Tal movimento foi resultado de uma expansão mais fraca do crédito aos consumidores na economia e do efeito defasado do ciclo contracionista da política monetária do final de 2010 e início de 2011. Importante ressaltar que apesar da desaceleração do consumo doméstico, o mercado de trabalho mostrou-se aquecido durante todo o ano de 2011, com a taxa de desemprego terminando na mínima histórica (4,7%) e a renda média crescendo.

Além disso, pelo lado da oferta, o pífio desempenho do setor industrial (+1,6%) também foi responsável pelo desempenho mais moderado do PIB em 2011. O setor sofreu com a valorização do real e a conseqüente concorrência dos produtos importados, o que tornou os estoques excessivos ao longo do ano e desacelerou o nível de utilização da capacidade instalada.

O quadro inflacionário de 2011 surpreendeu os analistas durante todo o ano, e foi marcado por uma forte pressão nos custos internos, mais conhecida como inflação de demanda. Ainda que o Banco Central tenha realizado um ciclo de aperto monetário durante o primeiro semestre do ano, o IPCA atingiu o pico em setembro de 2011 (7,3%) e encerrou o ano em 6,5%, teto da meta. Dos principais grupos que compõem o índice, o destaque foi para o de Serviços que passou de 7,9% em 2010 para 10% em 2011. Os itens Administrados tiveram a segunda maior contribuição, com alta de 5,74%. Em compensação a queda nos preços das commodities agrícolas teve impacto indireto sobre os preços dos alimentos no mercado interno, que passaram de 10% em 2010 para 5,4% em 2011.

A expectativa no mercado acionário no início de 2011 era de crescimento médio de cerca de 15% no lucro das empresas. O impacto das medidas prudenciais no crescimento da

economia brasileira foi determinante no resultado das empresas que no final acabaram por apresentar um crescimento médio de 4% nos lucros. Na bolsa, os setores com pior desempenho foram os ligados as commodities que ainda sofreram com a crise na Europa. Na ponta oposta, os setores ligados a economia doméstica, como bens de consumo, e os que possuem uma previsibilidade de receita alta como o setor elétrico tiveram bom desempenho. A recuperação observada no mercado, depois que este atingiu o seu mínimo próximo de 48.000 pontos, pode ser creditada a uma grande redução na aversão ao risco dos investidores. Do exterior, corroboraram as medidas de injeção de liquidez no setor bancário tomadas pelo Banco Central Europeu (ECB) que acabaram com os temores de que uma crise pudesse emergir no setor e a sinalização pelo Federal Reserve, o banco central americano, de que as taxas de juros permanecerão no atual patamar pelos próximos 3 anos. No Brasil, a ajuda veio da retirada das medidas macroprudenciais e o seu efeito na recuperação da atividade no final do segundo semestre do ano. Esses fatores, juntos, reduziram a aversão ao risco na segunda metade do ano e possibilitaram a recuperação na bolsa brasileira.

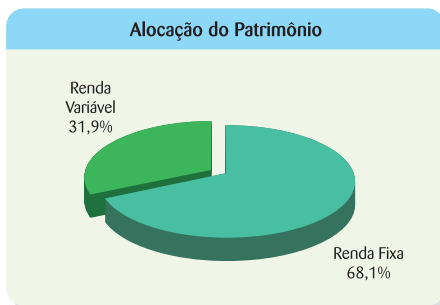
Dessa forma, o ano de 2011 encerrou-se com um ciclo de afrouxamento monetário, o nível de atividade começando a se recuperar (mesmo que de maneira muito lenta), e a inflação no teto da meta, porém desacelerando na ponta. O mercado de trabalho segue aquecido e o crédito aos consumidores relativamente estável.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2011

1. Gestão Terceirizada

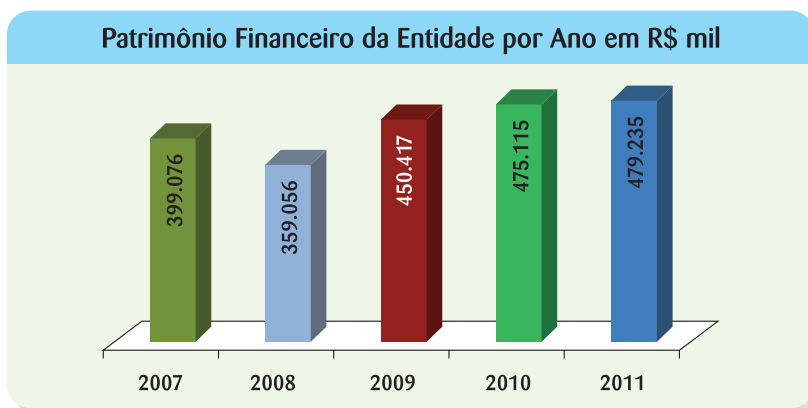
A Entidade permanece com a estrutura de sua gestão totalmente terceirizada, o patrimônio da carteira está dividido entre 3 (três) gestores, são eles:

Gestores de Ativos	Renda Fixa	Renda Variável	Total	% por Gestor
BNP Paribas	106.148.471	38.424.847	144.573.317	30%
Franklin Templeton	99.877.634	47.058.028	146.935.662	30%
Western Asset Management	122.947.440	68.769.934	191.717.374	40%
Total	328.973.545	154.252.809	483.226.354	100%



2. Patrimônio

Segue abaixo a evolução do patrimônio financeiro da Entidade desde 2007 até 2011.



3. Objetivo de Retorno

Em conformidade ao que estabelece a Política de Investimentos, o objetivo de retorno no segmento de Renda Fixa é a composição de 3 (três) índices, denominamos como “Índice Composto” (60% do IMA-B5 + 20% do IRFM + 20% do CDI). No segmento de Renda Variável o índice IBX. Em 2011 a meta atuarial do plano de benefício era IPCA + 6% ao ano.

No quadro abaixo é possível observar a rentabilidade dos segmentos de investimentos, assim como comparar os resultados obtidos com os “Benchmarks” estabelecidos na Política de Investimentos.

Descrição	2010	2011	Acumulados			
			24Meses	36 Meses	48 Meses	60 Meses
Carteira Global	8,79	4,62	13,82	46,20	36,14	64,86
Renda Fixa	12,33	14,80	28,96	46,50	65,60	85,16
Renda Variável	-0,89	-13,20	-13,98	56,18	-15,21	20,80
BENCHMARK						
Benchmark Global	9,91	7,05	17,50	50,29	44,29	72,33
Índice Composto	12,13	14,78	28,70	45,99	65,77	85,35
IBX	2,62	-11,73	-9,12	56,56	-8,89	35,13
Meta Atuarial	17,98	12,89	33,20	39,16	60,94	84,07

As rentabilidades dos investimentos auferidas nos períodos estão abaixo dos “Benchmarks” e da meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos. Tais resultados foram decorrentes da volatilidade do mercado que além de natural encontra-se devidamente controlada pela Política de Investimentos da Entidade.

4. Custo com a Administração

Os quadros abaixo demonstram os custos incorridos com a administração da Entidade com as despesas relativas à gestão Previdenciária e de Investimentos no ano de 2011.

Descrição	2011
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	333.043,33
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	5.021,83
VIAGENS E ESTADIAS	1.494,36
SERVIÇOS DE TERCEIROS	267.939,64
ADVOGADOS	48.976,02
AUDITORIAS	23.419,62
CONSULTORIAS	161.213,88
SERVIÇOS GRÁFICOS	29.614,12
WEB SITE	4.716,00
DESPESAS GERAIS	58.587,50
DESPESAS CARTORÁRIAS	1.641,94
DESPESAS DIVERSAS (REFEIÇÕES, TRANSPORTE)	2.295,93
DESPESAS POSTAIS	25.135,85
ENTIDADES DE CLASSE	10.317,49
REEMBOLSO SERVIÇOS JURIDICOS	956,95
TAXAS E EMOLUMENTOS	18.239,34

Descrição	2011
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2.185.315,61
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	2.610,17
VIAGENS E ESTADIAS	776,70
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.902.666,91
ADVOGADOS	111.846,94
AUDITORIAS	72.414,18
CONSULTORIAS	111.346,12
SERVIÇOS GRÁFICOS	20,08
TAXA CETIP/SELIC/CVM/CBLC/ANBID	165.421,69
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.370.519,21
TAXA DE CUSTÓDIA	69.955,00
TAXA DE PERMANÊNCIA DE FUTUROS	1.143,69
DESPESAS GERAIS	279.261,83
CORRETAGEM DE AÇÕES	210.079,26
CORRETAGEM/EMOLUMENTOS E REGISTRO BM&F	34.976,32
DESPESAS BANCÁRIAS/IOF	6.059,40
DESPESAS CARTORÁRIAS	4.198,26
DESPESAS DIVERSAS (REFEIÇÕES, TRANSPORTE)	818,13
DESPESAS POSTAIS	994,54
ENTIDADES DE CLASSE	5.362,56
REEMBOLSO SERVIÇOS JURÍDICOS	6.389,68
TAXAS E EMOLUMENTOS	10.383,68

5. Política de Investimentos

É constituída com o objetivo de estabelecer as maneiras sobre as quais os ativos da PREVEME deverão ser investidos e é preparada para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Entidade. Os investimentos deverão ser selecionados de acordo com os critérios e definições estabelecidos na política.

6. Alocação

Os limites de alocação da PREVEME de acordo com sua Política de Investimentos são os seguintes: Renda Fixa: mínimo de 60% e máxima de 85%; Renda Variável: mínimo de 15% e máximo de 40%.

SEGMENTO/CARTEIRA	Carteira Consolidada de 2010	% Aplicação	Carteira Consolidada de 2011	% Aplicação	Limites 3792	Limites Política de Investimentos - 2011	
						Inferior	Superior
RENDA FIXA	331.045.598	67,5%	328.973.545	68,1%	100,00%	60,00%	85,00%
Baixo Risco de Crédito	331.045.598	67,5%	328.973.545	68,1%	80,00%	-	-
Médio/Alto Risco de Crédito	-	0,0%	-	0,0%	20,00%	-	-
RENDA VARIÁVEL	159.351.216	32,5%	154.252.809	31,9%	70,00%	15,00%	40,00%
Ações de Mercado	159.351.216	32,5%	154.252.809	31,9%	70,00%	-	-
TOTAL DA CARTEIRA	490.396.814	100%	483.226.354	100,00%	-	-	-

A Resolução CMN nº 3.792, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece que uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) pode alocar seus recursos garantidores em seis grandes segmentos: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. Além disso, esta Resolução estabelece as diretrizes de investimento de uma EFPC, como por exemplo, quais são os títulos passíveis de aplicação (ativos elegíveis) e os limites legais. Podemos observar na tabela que a PREVEME cumpre os limites legais e aqueles estabelecidos em sua Política de Investimento no ano de 2011. Abaixo, destacamos o percentual de alocação dos recursos:

Renda Fixa: 68,1%;

Renda Variável: 31,9%.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2012

I. Objetivos da Gestão

Os limites de alocação estabelecidos na Política de Investimentos foram determinados levando-se em consideração: o Saldamento do Plano de Benefício administrado pela PREVEME no ano de 2010, as características da população de participantes ativos e assistidos do plano de benefício e a Meta Atuarial. Para tanto, o estudo de Asset Liability Modeling (ALM) realizado em julho de 2006 continua servindo de base para a elaboração da política de investimentos. Para 2011, foram analisados os seguintes pontos:

- Distribuição da idade média dos participantes por tempo de serviço e ou contribuição;
- Reservas acumuladas;
- Índice de solvência do plano;
- Análise Macroeconômica;
- Expectativas de retornos e volatilidade dos investimentos nos segmentos de aplicação e sua relação com a meta atuarial.

O exame das características pontuadas acima juntamente com a análise do “turn over” dos participantes, permite a avaliação do nível de tolerância a risco da Entidade na condução dos investimentos de modo que a meta atuarial seja superada médio/longo prazo.

Nossa meta atuarial tem como objetivo o estabelecimento da equalização dos saldos dos ativos e do passivo da Entidade no longo prazo. A meta atuarial estabelecida para retorno dos investimentos para o Plano de Benefícios é IPCA + 5,5% a.a.

Os Limites para Alocação dos Ativos Administrados da Entidade:

- **Renda Fixa:** mínimo de 60% e máximo de 85% dos recursos totais;
- **Renda Variável:** mínimo de 15% e máximo de 40% dos recursos totais.

Índice para Comparação de Rentabilidade (“benchmark”) e Tolerância a Risco dos Ativos Administrados da Entidade.

- Renda Fixa: Índice Composto (60% IMA-B 5 + 20% CDI + 20% IRF-M);
- Renda Variável: IBrX fechamento.

O “benchmark” da carteira global será representado por meio da ponderação dos “benchmarks” em renda fixa (índice Composto) e renda variável (IBrX fechamento) pelos “targets” definidos para cada segmento:

- **Carteira Global:** 72,5% Índice Composto; 27,5% IBrX fechamento.

II. Gerenciamento de Risco

O comitê de crédito dos gestores é responsável pelo acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras e não financeiras. Além dos critérios de análise de crédito usuais de cada gestor, deve ser considerada a classificação de rating estabelecida pelas agências de rating especializadas.

III. Critérios de Contratação

A PREVEME contratou a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como administradora fiduciária, cuja responsabilidade é realizar a contratação dos gestores das carteiras e dos fundos, e de instituição habilitada para a prestação de serviços de custódia, com interveniência e autorização da PREVEME.

IV. Revisão da Política de Investimentos

Essa política de investimentos deverá ser revisada e aprovada pelo Conselho Deliberativo anualmente, ou, extraordinariamente quando da ocorrência de um fato relevante que possa influenciar qualquer uma das premissas que a norteiam.

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Participantes e Patrocinadores da

Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação

das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de datado de 17 de março de 2011, sem modificação.

São Paulo, 5 de março de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME BALANÇO PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em R\$ mil)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
DISPONÍVEL	<u>6</u>	<u>14</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>3.724</u>	<u>3.728</u>
			Gestão Previdencial	377	432
REALIZÁVEL	<u>485.376</u>	<u>481.252</u>	Gestão Administrativa	61	67
Gestão Previdencial	2	1	Investimentos	3.286	3.229
Gestão Administrativa	58	4			
Investimentos	<u>485.316</u>	<u>481.247</u>	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>2.423</u>	<u>2.423</u>
Ações	76	101	Investimentos	<u>2.423</u>	<u>2.423</u>
Fundos de Investimentos	483.236	479.142	Provisão	2.423	2.423
Depósito Judiciais	2.004	2.004			
			PATRIMONIO SOCIAL	<u>479.235</u>	<u>475.115</u>
			Patrimonio de Cobertura do Plano	<u>470.295</u>	<u>418.874</u>
			Provisões Matemáticas	<u>470.295</u>	<u>418.874</u>
			Benefícios Concedidos	237.684	213.533
			Benefícios a Conceder	232.611	205.341
			Equilíbrio Técnico	<u>8.940</u>	<u>55.973</u>
			Superávit Técnico	8.940	55.973
			Fundo	-	268
			Fundo Administrativo	-	268
TOTAL DO ATIVO	<u>485.382</u>	<u>481.266</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>485.382</u>	<u>481.266</u>

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em R\$ mil)

	2011	2010	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	475.115	450.417	5,48%
1. Adições	38.703	67.940	-43,03%
(+) Contribuições Previdenciais	1	4.685	-99,98%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	38.363	62.334	-38,46%
(+) Receitas Administrativas	332	853	-61,08%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	7	68	-89,71%
(+) Receitas Assistenciais			
2. Destinações	(34.583)	(43.242)	-20,02%
(-) Benefícios	(20.311)	(18.600)	9,20%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(13.665)	(23.257)	-41,24%
(-) Despesas Administrativas	(606)	(1.357)	-55,34%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(1)	(28)	-96,43%
(-) Despesas Assistenciais			
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	4.120	24.698	-83,32%
(+/-) Provisões Matemáticas	51.421	(17.739)	-389,88%
(+) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(47.033)	42.901	-209,63%
(+/-) Fundos Administrativos	(268)	(464)	-42,24%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	479.235	475.115	0,87%

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS NO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em R\$ mil)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	474.847	449.685	5,60%
1. Adições	<u>38.364</u>	<u>67.019</u>	<u>-42,76%</u>
(+) Contribuições Previdenciais	1	4.685	-99,98%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	38.363	62.334	-38,46%
2. Destinações	<u>(33.976)</u>	<u>(41.857)</u>	<u>-18,83%</u>
(-) Benefícios	(20.311)	(18.600)	9,20%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(13.665)	(23.257)	-41,24%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>4.388</u>	<u>25.162</u>	<u>-82,56%</u>
(+/-) Provisões Matemáticas	51.421	(17.739)	-389,88%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(47.033)	42.901	-209,63%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u>479.235</u>	<u>474.847</u>	<u>0,92%</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>-</u>	<u>268</u>	<u>0,00%</u>
(+/-) Fundo Administrativo	-	268	0,00%

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2011 E 2010 (Em R\$ mil)

Plano

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Varição (%)</u>
1. Ativos	485.382	481.266	0,86%
Disponível	6	14	-57,14%
Recebível	60	5	1100,00%
Investimento	<u>485.316</u>	<u>481.247</u>	<u>0,85%</u>
Ações	76	101	-24,75%
Fundos de Investimento	483.236	479.142	0,85%
Depósito Judiciais	2.004	2.004	0,00%
2. Obrigações	<u>6.147</u>	<u>6.151</u>	<u>-0,07%</u>
Operacional	3.724	3.728	-0,11%
Contingencial	2.423	2.423	0,00%
3. Fundos não Previdenciais	<u>-</u>	<u>268</u>	<u>-100,00%</u>
Fundo Administrativo	-	268	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>479.235</u>	<u>474.847</u>	<u>0,92%</u>
Provisões Matemáticas	470.295	418.874	12,28%
Superávit Técnico	8.940	55.973	-84,03%

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em R\$ mil)

	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	<u>268</u>	<u>732</u>	<u>-63,39%</u>
1. Custeio da Gestão Administrativa	<u>339</u>	<u>921</u>	<u>-63,19%</u>
1.1. Receitas	<u>339</u>	<u>921</u>	<u>-63,19%</u>
Custeio Administrativo dos Investimentos	333	852	-60,92%
Resultado Positivo dos Investimentos	6	68	-91,18%
Outras Receitas	-	1	0,00%
2. Despesas Administrativas	<u>(606)</u>	<u>(1.357)</u>	<u>-55,34%</u>
2.1. Administração Previdencial	<u>(332)</u>	<u>(504)</u>	<u>-34,13%</u>
Pessoal e Encargos	-	(22)	0,00%
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	(7)	-28,57%
Serviços de terceiros	(268)	(343)	-21,87%
Despesas gerais	(59)	(127)	-53,54%
Outras Despesas	-	(5)	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	<u>(274)</u>	<u>(852)</u>	<u>-67,84%</u>
Pessoal e Encargos	-	(6)	0,00%
Treinamentos/congressos e seminários	(3)	(4)	-25,00%
Serviços de terceiros	(247)	(816)	-69,73%
Despesas gerais	(24)	(26)	-7,69%
2.4. Outras Despesas	-	(1)	0,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	<u>(1)</u>	<u>(28)</u>	<u>-96,43%</u>
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	<u>(268)</u>	<u>(464)</u>	<u>-42,24%</u>
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	<u>(268)</u>	<u>(464)</u>	<u>-42,24%</u>
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	<u>-</u>	<u>268</u>	<u>-100,00%</u>

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em R\$ mil)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Varição (%)</u>
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	479.235	474.847	0,92%
1. Provisões Matemáticas	<u>470.295</u>	<u>418.874</u>	<u>12,28%</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>237.684</u>	<u>213.533</u>	<u>11,31%</u>
Benefício Definido	237.684	213.533	11,31%
1.2. Benefício a Conceder	<u>232.611</u>	<u>205.341</u>	<u>13,28%</u>
Benefício Definido	232.611	205.341	13,28%
2. Equilíbrio Técnico	<u>8.940</u>	<u>55.973</u>	<u>-84,03%</u>
2.1. Resultados Realizados	<u>8.940</u>	<u>55.973</u>	<u>-84,03%</u>
Superávit técnico acumulado	<u>8.940</u>	<u>55.973</u>	<u>-84,03%</u>
Reserva de Contigência	8.940	55.973	-84,03%

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como principal patrocinadora a 3M do Brasil Ltda e as patrocinadoras 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda e Sociedade de Previdenciária 3M – PREVEME. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.140 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) de 3 de março de 1983, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios e pecúlio e/ou renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social assegurados aos empregados das Patrocinadoras nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da Entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, dos rendimentos resultantes dos recursos investidos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A Entidade administra um plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 1982.0030-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 425, de 08 de julho de 2010 – DOU de 10 de junho de 2010 aprovou as alterações no Regulamento do Plano de Benefícios da PREVEME e nos termos do item 1.3 do Regulamento ora aprovado, o Plano de Benefícios encontra-se em extinção e está fechado para novas adesões, além de ter sido assegurado aos participantes do Plano o Benefício Suplementar Proporcional Saldado, conforme item 5.11 do Regulamento. Além dos Assistidos, o Plano de Benefícios conta com os Participantes Ativos e BPDs.

Em 31 de dezembro de 2011 a Entidade conta com 3.980 participantes ativos (3.993 em 2010) e 360 Participantes Assistidos (344 em 2010).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis de 2011 da PREVEME estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº

8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras. De acordo com a Resolução CNPC nº 8, foi incluído o quadro Demonstração da Mutações do Patrimônio Social.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis da PREVEME: Balancete do Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis e Balancete Consolidado.

3. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas da PREVIC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) Realizável

Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

Fluxo dos investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- i. Títulos para negociação – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de mercado, quando aplicável e seus efeitos reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

As aplicações em fundos estão demonstradas pelos valores das cotas informados pelos administradores na data-base das demonstrações financeiras. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Andima;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), por meio da instituição financeira BNY Mellon, encarregadas pela administração e gestão das carteiras de investimentos, em atendimento a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos da Preveme estão classificados em sua totalidade como títulos para negociação.

c) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

d) Exigível Contingencial

São registradas ações contra a Entidade, que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota;
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

e) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

f) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

g) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da PREVEME II são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

h) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resoluções CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

As receitas administrativas são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos ao patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVEME, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

i) Balanço Patrimonial

Com base no princípio da comparabilidade e em consonância com o que determina a Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, a Diretoria colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, altera a Planificação Contábil Padrão substituindo a Rubrica Gestão Previdencial e Administrativa de (-)Depósito Judiciais/Recursais e passa a registrar os depósitos judiciais relativos às contingências da Gestão Previdencial e Administrativa no Ativo.

j) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Conforme a Resolu o CNPC n  8, de 31 de Outubro de 2011, alterou a apresenta o da demonstra o da muta o do ativo líquido (consolidado), que deixou de existir e foi substituído pela demonstra o da muta o do patrimônio social (consolidado), porém fica mantido, por exigência da própria Resolu o a apresenta o da demonstra o da muta o do ativo líquido individual por plano de benefício e em consonância com o que determina o princípio da comparabilidade as informaçoes do exercício de 2010 foram alteradas.

k) Demonstr o do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Com base no princípio da comparabilidade e em consonância com o que determina a CNPC n  8, de 31 de Outubro de 2011 as informaçoes do exercício de 2010 foram alteradas.

4. Realizável da Gestão Previdencial

  composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentados a seguir:

	2011	2010
Gestão Previdencial	2	1
Créditos Receita Federal	2	-
Patrocinadores	-	1

5. Realizável da Gestão Administrativa

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Gestão Administrativa	58	4
Cobertura para despesas administrativas	55	-
Créditos Receita Federal	3	4

6. Realizável dos Investimentos

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentados a seguir:

	2011	2010
Investimentos	485.316	481.247
Ações	76	101
Companhias abertas	76	101
Fundos de Investimentos	483.236	479.142
Multimercado	483.236	479.142
Beija Flor FIM Prev (1)	144.573	134.440
Tucano FIM Prev (exclusivo)	146.938	76.092
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	72.033
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	191.717	196.574
3M PREVEME	8	3
Depósitos Judiciais / Recursais	2.004	2.004
Imposto de renda (2)	2.004	2.004

(1) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a carteira de investimento do fundo multimercado Beija flor era composto por 53% de títulos públicos federais, 20% de debêntures e 27% de ações de companhia abertas.

(2) Com base no princípio da comparabilidade e em consonância com o que determina a Instrução MPS/PREVIC n.º 5, de 8 de setembro de 2011 os valores referentes aos depósitos judiciais/recursais foram reclassificados do exigível contingencial dos investimentos para o ativo em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão demonstrados a seguir:

	Sem vencimento	Até 360 dias	2011 Acima 360 de dias	Valor de Mercado	Valor Contábil	2010 Valor Contábil
Renda Fixa	-	32.991	183.068	216.059	216.059	226.956
Títulos Públicos	-	22.902	150.507	173.409	173.409	196.623
Notas do Tesouro Nacional – Série B	-	12.562	124.488	137.050	137.050	149.853
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	15	60.471	60.486	60.486	31.277
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	-	-	30.667
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	12.547	64.017	76.564	76.564	87.909
Notas do Tesouro Nacional – Série F	-	6.754	3.898	10.652	10.652	11.965
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	1.048	2.100	3.148	3.148	3.166
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	5.706	1.798	7.504	7.504	8.799
Letras do Tesouro Nacional	-	2.989	18.144	21.133	21.133	27.901
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	2.667	758	3.425	3.425	3.016
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	322	17.386	17.708	17.708	24.885
Letras Financeiras do Tesouro	-	597	3.977	4.574	4.574	6.904
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	567	2.606	3.173	3.173	661
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	30	1.371	1.401	1.401	6.243
Títulos Privados	-	10.089	32.561	42.650	42.650	30.333
Debêntures	-	2.034	7.466	9.500	9.500	11.137
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	2.034	2.175	4.209	4.209	2.509
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	-	-	5.361
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	-	5.291	5.291	5.291	3.267
DPGE	-	-	2.083	2.083	2.083	-
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	-	1.157	1.157	1.157	-
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	-	926	926	926	-
Letras Financeiras	-	8.055	23.012	31.067	31.067	19.196
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	8.055	14.914	22.969	22.969	7.871
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	-	-	11.325
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	-	-	8.098	8.098	8.098	-
Fundos	6.217	-	-	6.217	6.217	1.069
Outros fundos de investimentos abertos	6.217	-	-	6.217	6.217	1.069
Tucano FIM Prev (exclusivo)	1.022	-	-	1.022	1.022	346
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	-	-	201
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	5.195	-	-	5.195	5.195	522
Renda Variável	116.334	45	-	116.379	116.379	116.674
Ações Companhia Aberta (*)	115.828	-	-	115.828	115.828	118.085
Tucano FIM Prev (exclusivo)	47.058	-	-	47.058	47.058	27.762
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	-	-	24.284

RELATÓRIO ANUAL 2011 • 2012

Pelicano FIM Prev (exclusivo)	68.770	-	-	68.770	68.770	66.039
Opções de Futuro	-	-	-	-	-	(166)
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	-	-	(166)
SWAP	-	45	-	45	45	-
Tucano FIM Prev (exclusivo)	-	45	-	45	45	-
Contas a pagar/receber e tesouraria	506	-	-	506	506	(1.245)
Total	122.551	33.036	183.068	338.655	338.655	344.699

(*) As carteiras de renda variável de ações de companhia aberta, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, eram compostas conforme quadro abaixo:

	2011		2010	
	Sem	Valor de	Valor	Valor
	vencimento	Mercado	Contábil	Contábil
Ações Companhia Aberta	115.828	115.828	115.828	118.085
Tucano FIM Prev (exclusivo)	47.058	47.058	47.058	27.762
ITAUSA	6.773	6.773	6.773	678
PETROBRAS	7.065	7.065	7.065	6.333
BRADESCO	3.040	3.040	3.040	1.627
VALE	5.556	5.556	5.556	4.635
CEMIG	2.176	2.176	2.176	101
CIA. BR DE MEIOS DE PG	1.691	1.691	1.691	-
BRF - BRASIL FOODS S.A.	1.648	1.648	1.648	-
ECORODOVIAS	1.434	1.434	1.434	-
BANCO DO BRASIL	1.310	1.310	1.310	672
ALIANSCA SHOPP	1.305	1.305	1.305	-
AMBEV	1.278	1.278	1.278	808
CETIP S/A	1.159	1.159	1.159	-
KLABIN S/A	1.152	1.152	1.152	-
Outras ações pulverizadas	11.470	11.470	11.470	12.906
Pelicano FIM Prev (exclusivo)	68.770	68.770	68.770	66.039
VALE	10.963	10.963	10.963	9.755
PETROBRAS	13.962	13.962	13.962	12.681
ITAUUNIBANCO	9.433	9.433	9.433	7.605
BRADESCO	4.932	4.932	4.932	4.363
BANCO DO BRASIL	3.691	3.691	3.691	3.132
AMBEV	2.437	2.437	2.437	1.202
PDG REALT	1.886	1.886	1.886	1.484
COPEL	1.695	1.695	1.695	1.395
BRADESPAR	1.625	1.625	1.625	2.438
BRASKEM	1.399	1.399	1.399	720
MRV	1.222	1.222	1.222	-
GERDAU	1.194	1.194	1.194	2.263
BM&F BOVESPA	1.137	1.137	1.137	709

TELEF BRASIL	1.135	1.135	1.135	-
COSAN	1.076	1.076	1.076	-
VALID SOLUCOES SA	1.062	1.062	1.062	897
Outras ações pulverizadas	9.921	9.921	9.921	17.396
Tuiuiu FIM Prev (exclusivo)	-	-	-	24.284
VALE	-	-	-	3.550
PETROBRAS	-	-	-	4.711
ITAUUNIBANCO	-	-	-	2.757
BRADESCO	-	-	-	1.492
BANCO DO BRASIL	-	-	-	1.151
BRADESPAR	-	-	-	953
Outras ações pulverizadas	-	-	-	9.671
Total	115.828	115.828	115.828	118.085

A Entidade possui depósito judicial do montante de R\$ 2.004 (R\$ 2.004 em 2010) referente ao não recolhimento de imposto de renda incidente sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras de renda fixa e variável.

A Entidade questiona a exigibilidade do imposto de renda incidente sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras de renda fixa e variável, por considerar que estas receitas não são passíveis de tributação à luz da imunidade tributária prevista no artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e com base no parecer de seus consultores jurídicos, no resultado favorável obtido pela Entidade junto ao Conselho de Contribuintes para os exercícios de 1994 a 1997. Adicionalmente, com o advento da lei nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, desde 1º de janeiro de 2005, as entidades estão dispensadas do recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos financeiros dos recursos das provisões matemáticas, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de EFPC, incluindo, por meio da lei 11.196 de 21 de novembro de 2005, o rendimento financeiro do fundo administrativo e assistencial. A referida lei também revogou a Medida Provisória nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, que tratava da tributação do imposto de renda sobre as aplicações financeiras dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário.

7. Exigível Operacional

Os compromissos do Exigível Operacional em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são assim demonstrados:

	2011	2010
Exigível Operacional	3.724	3.728
Gestão Previdencial	377	432
Benefícios a Pagar	-	2
Retenções a Recolher	375	429
Imposto de Renda	346	309
Assistência Médica	-	92
Seguro de Vida	29	28
Outras Exigibilidades	2	-
Gestão Administrativa	61	67
Contas a Pagar	59	49
Advogados	3	4
Auditoria	38	30
Consultoria	15	15
Outros Serviços	3	-
Retenções a Recolher	2	18
Investimentos	3.286	3.229
Relacionado com o Disponível	2	-
Outras Exigibilidades	3.284	3.229

8. Exigível Contingencial

A composição do exigível contingencial em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

	2011	2010
Exigível Contingencial	2.423	2.423
Investimentos	2.423	2.423
Provisão	2.423	2.423
Imposto de Renda (1)	2.004	2.004
IOF (2)	419	419

(1) Detalhamento da informação encontra-se na nota 6.

(2) Em 31 de dezembro de 2011, há uma provisão de não recolhimento Imposto sobre Operações Financeiras – IOF na ordem de R\$419 (2010 – R\$ 419), relativa as transações financeiras da Entidade no exercício de 1995.

9. Patrimônio Social

a) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Towers Watson, contratada pela PREVEME, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

As reservas matemáticas em 2011 e 2010 são compostas da seguinte forma, segregadas por plano de benefícios previdenciais:

	1º Janeiro de 2011	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2011
Patrimônio Social	475.115		479.235
Patrimônio de Cobertura do Plano	474.847	4.388	479.235
Provisões Matemáticas	418.874	51.421	470.295
Benefícios Concedidos	213.533	24.151	237.684
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	213.533	24.151	237.684
Valor atual dos benefícios futuros programados - Assistidos	192.325	19.536	211.861
Valor atual dos benefícios futuros não programados - Assistidos	21.208	4.615	25.823
Benefícios a Conceder	205.341	27.270	232.611
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	190.970	27.228	218.198
Valor atual dos benefícios programados	190.970	27.228	218.198
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programados	14.371	42	14.413
Valor atual dos benefícios futuros não programados	14.371	42	14.413
Equilíbrio Técnico	55.973	(47.033)	8.940
Resultado Realizados	55.973	(47.033)	8.940
Superávit Técnico Acumulado	55.973	(47.033)	8.940
Reserva de Contingência	55.973	(47.033)	8.940
Fundos	268	(268)	-
Fundo Administrativo	268	(268)	-
Superávit Técnico Acumulado	268	(268)	-

b) Equilíbrio Técnico

A redução significativa em 83% na situação superavitária deve-se a dois fatores (i) Redução da premissa de desconto do fluxo atuarial de 6%a.a. para 5.5%a.a. e (ii) Rentabilidade dos Ativos que ficaram aquém da Meta Atuarial.

c) Fundo Administrativo

O Fundo de Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 0 (2010 - R\$ 268).

d) Hipóteses e métodos

As principais hipóteses econômicas, financeiras e demográficas utilizadas para apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real anual de juros	5,5% ao ano
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	0,0% ao ano
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,0% ao ano
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	100%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	98%
Hipótese sobre rotatividade	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT – 1983 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB – 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB – 1944

10. Critério de rateio

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da Entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos, por meio de critério de rateio elaborado pelos consultores previdenciários JCMB – Advogados e Consultores, o qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

11. Recolhimento de tributos

• Imposto de Renda

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

i. por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de

acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou

ii. por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº 11.053/04 revogou a MP nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

12. Outras informações

Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011

As alterações tratadas na Resolução entram em vigor a partir da data da publicação, com exceção do prazo dos balancetes que entra em vigor a partir do 2º trimestre civil.

Resolução CNPC nº 2, de 3 de março de 2011

Em 3 de março de 2011, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, aprovou alterações na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006.

As alterações referem-se aos procedimentos a serem observados pela EFPC na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A Resolução foi publicada no DOU em 16 de março de 2011 e entrou em vigor na data da publicação.

Diretoria

José Fernando do Valle
Diretor Superintendente
CPF: 101.223.188-70

Contador Responsável

Tadeu Pigionini Horta Fernandes
Contador
CRC: SP - 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2011 do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2011.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios são: Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME; 3M do Brasil Ltda.; 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda..

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2011.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas. As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 425, de 08/06/2010.

O Plano de Benefícios da PREVEME encontra-se em extinção desde 01/07/2010.

I. Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/09/2011
Participantes ativos	
Número	3.082
Idade média (em anos)	38,6
Tempo de serviço médio (em anos)	12,9
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	737
Benefícios Concedidos	30/09/2011
Número de aposentados válidos	164
Número de aposentados inválidos	1
Benefícios Concedidos	30/09/2011
Número de aposentados válidos	164
Número de aposentados inválidos	1
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	193
Número de pensionistas (grupos familiares)	77

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

II. Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras		
	2011	2010
Taxa real anual de juros	5,5%	6,0%
Projeção do crescimento real de salário	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
• Benefícios do plano	98%	98%
Hipóteses Biométricas e Demográficas		
	2011	2010
Tábua de Mortalidade Geral ¹	AT – 1983 Basic	AT – 1983 Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB - 1944 modificada	RRB - 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Towers Watson	Experiência Towers Watson

¹ Segregada por sexo.

² Baseada na Idade do participante.

Outras hipóteses		
	2011	2010
Probabilidade de aposentadoria	10% aos 55 anos, 5% entre 56 e 59 anos 50% aos 60 anos, 10% entre 61 e 64 anos e 100% aos 65 anos	10% aos 55 anos, 5% entre 56 e 59 anos 50% aos 60 anos, 10% entre 61 e 64 anos e 100% aos 65 anos

Outras hipóteses	2011	2010
Composição familiar		
• Benefícios concedidos		
• Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
• Pensionistas	Composição informada	Composição informada
• Benefícios a conceder		
• Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
• Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%
• Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial.

Essas taxas, observadas nos títulos públicos (NTN-B), encontravam-se na data da avaliação em torno de 5,8% a.a. Sendo assim, as patrocinadoras optaram por utilizar a taxa de juro em 5,5% a.a..

Projeção do crescimento real de salário

Por se tratar de um plano cujo benefício foi saldado, a hipótese de crescimento real de salários não foi utilizada.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as

probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime Financeiro – Capitalização para o benefício suplementar proporcional salgado.
- Métodos atuariais – As provisões matemáticas de benefícios a conceder são determinadas com base no valor presente das obrigações.

Cada participante ativo do Plano de Benefícios da PREVEME possui um benefício salgado calculado de acordo com o regulamento, o qual está sendo atualizado até a data do recebimento pelo índice de reajuste do plano, o que nos leva a adotar como provisão matemática o valor presente dos benefícios.

III. Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios da PREVEME de 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Social é de R\$ 479.234.835,02.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME.

IV. Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	479.234.835,02
Provisões Matemáticas	470.295.302,80
Benefícios Concedidos	237.684.290,90
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistedos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	237.684.290,90
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	211.861.490,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	25.822.800,90
Benefícios a Conceder	232.611.011,90

RELATÓRIO ANUAL
2011·2012

Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	218.197.935,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	218.197.935,13
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	14.413.076,77
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	14.413.076,77
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	8.939.532,22
Resultados Realizados	8.939.532,22
Superávit Técnico Acumulado	8.939.532,22
Reserva de Contingência	8.939.532,22
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	0,00
Fundo Administrativo	0,00

V. Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2010 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2011.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	470.295.302,80	434.862.241,43	8,2%
Benefícios Concedidos	237.684.290,90	213.566.327,86	11,3%
Benefício Definido	237.684.290,90	213.566.327,86	11,3%
Benefícios a Conceder	232.611.011,90	221.295.913,57	5,1%
Benefício Definido	232.611.011,90	221.295.913,57	5,1%

Conforme os quadros acima, houve o impacto da alteração da taxa de juros de 6,0% para 5,5%.

VI. Plano de Custeio

Devido ao saldamento do Plano de Benefícios, no exercício de 2010, as patrocinadoras estão isentas de efetuar a contribuição do plano, salvo aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Conforme informação de entidade, em 2012 as despesas administrativas serão custeadas pelo retorno dos investimentos.

VII. Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

A redução significativa do Superávit no exercício de 2011, de R\$ 55.972.901,52 em 31/12/2010 para R\$ 8.939.532,22 em 31/12/2011, decorre da alteração da taxa de juros para 5,5% a.a. e do comportamento desfavorável das aplicações financeiras no exercício.

Towers Watson Consultoria Ltda.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2012

Felinto Sernache Coelho Filho
MIBA nº 570

Rafael dos Santos Silva
MIBA nº 1235

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 13 de Março de 2012, às 15:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., sala 2, Edifício 23. **PRESENÇA:** CONSELHEIROS – MARCIO ELIANDRO POMINI, SERGIO LUIZ CANGIANI, ANDERSON MEIRA COTRIM, e como convidada, SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portadora do RG nº. 14.280.330-3 – SSP/SP e inscrita no CPF sob nº. 068.432.688-46. **MESA:** MARCIO ELIANDRO POMINI – Presidente e SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO – Secretária. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre (i) Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios; (ii) forma de divulgação dos documentos citados no item (i) aos Participantes, (iii) outros assuntos de interesse da Sociedade.. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** (i) Em discussão   Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   apreciação do Conselho as demonstrações contábeis consolidadas, datadas de 05/03/2012, apresentadas pela Diretoria Executiva da Sociedade as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante, após o que este Conselho deliberou pela aprovação sem ressalvas. Passando para o item; (ii) da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram que a divulgação dos documentos citados no item (i) aos Participantes será feita por meio de relatório anual. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário   lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 13 de Març o de 2012.

MARCIO ELIANDRO POMINI - Presidente;
SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO - Secretária.
RITA DE CÁSSIA DUARTE - OAB/SP N . 127.882.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 15 de Março de 2012, às 14:30 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., sala 2, Edifício 23. **PRESENÇA:** CONSELHEIROS PRESENTES– JULIO ANTONIO NEVES GÂNDARA, ODAIR CARLOS FARIA, FRANCISCO MIGUEL BARBEIRO e, como convidada, SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO, brasileira, casada residente e domiciliada no Município de Campinas, Estado de São Paulo, portadora do RG nº. 14.280.330-3 – SSP/SP e no C.P.F. sob nº 068.432.688-46. **MESA:** JULIO ANTONIO NEVES GÂNDARA – Presidente e SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO – Secretária. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre (i) Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios; (ii) forma de divulgação dos documentos citados no item (i) aos Participantes, (iii) outros assuntos de interesse da Sociedade. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** (i) Em discussão   Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   apreciação do Conselho as demonstrações contábeis consolidadas, datadas de 05/03/2012, apresentadas pela Diretoria Executiva da Sociedade as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante, após o que este Conselho deliberou pela aprovação sem ressalvas. Passando para o item; (ii) da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram que a divulgação dos documentos citados no item (i) aos Participantes será feita por meio de relatório anual. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário   lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 15 de març o de 2012.

JULIO ANTONIO NEVES GÂNDARA – Presidente
SILVANA BAPTISTA GRILLO SEMEDO - Secretária.
RITA DE CÁSSIA DUARTE - OAB/SP N . 127.882.

RELATÓRIO ANUAL 2011 • 2012

PREVEME
Sociedade Previdenciária 3M